

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 520.641 - MS (2019/0201180-1)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
EMBARGANTE : VICTOR CESAR GONZAGA MENESES DE ALMEIDA
ADVOGADOS : MARIA DE FÁTIMA DA SILVA GOMES - MS002708
HUGO FUSO DE REZENDE CORRÊA - MS014860
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
DO SUL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
DO SUL
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
DO SUL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração, opostos por **VICTOR CESAR GONZAGA MENESES DE ALMEIDA**, contra decisão monocrática da Presidência, que **indeferiu** o pedido liminar no presente **habeas corpus**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena total de 2 (dois) anos e 11 (onze) meses de detenção, no regime inicial aberto, por infração ao disposto no art. 129, **caput**, art. 129, § 9º, e art. 150, § 1º, todos do Código Penal.

A Corte de origem negou provimento ao recurso de apelação defensivo, declarando apenas a extinção da punibilidade do crime de lesão corporal relativo a uma das vítimas (fls. 178-202).

Nestes embargos, sustenta a existência de **omissão**, haja vista que deixou-se *"de analisar o mérito do pedido liminar, fundamentando apenas na possibilidade de execução provisória da pena, porém esse não é o objeto e fundamento do Habeas Corpus, mas sim as ilegalidades ocorridas no julgamento do Recurso de Apelação junto o TJMS, conforme devidamente exposto na inicial do remédio heróico"* (fl. 847).

Requer o acolhimento dos embargos *"para ao final reconhecer a omissão apontada, para analisar o pedido liminar de acordo com a*

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação acima e melhor explicada na inicial de HC, bem como sustar o decreto prisional de cumprimento antecipado de pena até o julgamento final do presente Remédio Heróico, para que este Douto Tribunal determine novo julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do MS" (fl. 849).

É o relatório.

Decido.

Ressalte-se, **ab initio**, conforme pacífica jurisprudência desta eg. Corte, que são cabíveis embargos declaratórios quando houver, na decisão embargada, ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão (art. 619 do CPP). Além disso, é cediço que os embargos declaratórios não constituem recurso de revisão, sendo inadmissíveis se a decisão embargada não padecer dos vícios que autorizam a sua interposição.

Na lição de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery (Código de Processo Civil Comentado, RT, 4ª edição, 1999, p. 1045): "*Os EDcl têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições. Não têm caráter substitutivo da decisão embargada, mas sim integrativo ou aclaratório. Como regra, não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado*".

No mesmo sentido, os seguintes precedentes: EDcl no AgRg no AREsp n. 292.108/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 20/2/2015; EDcl no RHC n. 35.243/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 10/12/2014; EDcl no AgRg no AREsp n. 527.022/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Gurgel de Faria**, DJe de 9/10/2014; EDcl no REsp n. 1.290.073/ES, **Quinta Turma**, Rel.^a Min.^a **Laurita Vaz**, DJe de 1º/7/2014.

No caso, **não vislumbro qualquer vício na decisão atacada.**

Conforme se constata da inicial do presente **writ**, o pleito liminar cinge-se em conceder "*salvo conduto para determinar a suspensão da execução antecipada de pena do paciente, bem como seja expedido ofício as autoridades coatoras, para que se abstenham de expedir mandado de prisão ou encaminhar tal solicitação ao juízo de piso, até o julgamento final do*

Superior Tribunal de Justiça

presente Habeas Corpus" (fl. 17).

E, por seu turno, o **decisum** ora embargado assentou o seguinte (fl. 826):

"(...)

No âmbito de cognição próprio ao regime de plantão, não vislumbro flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar.

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que a execução provisória da pena não afronta o princípio constitucional da presunção de inocência, de modo que, confirmada a condenação por colegiado em segundo grau, com esgotamento da jurisdição ordinária, e ainda que pendentes de julgamento recursos de natureza extraordinária (recurso especial e/ou extraordinário), a pena poderá, desde já, ser executada.

De mais a mais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, reserva-se ao momento do julgamento definitivo a análise mais aprofundada da matéria.

*Ante o exposto, **indefiro a liminar.***

Solicitem-se informações ao tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se."

Verifica-se, portanto, que a pretensão **in limine** foi afastada por meio de decisão com adequada fundamentação, sendo certo que a análise do mérito, como de fato requer o embargante, equivaleria, obviamente, ao exame do próprio **habeas corpus**, situação que se demonstra prematura neste juízo de prelibação, que ainda carece da análise mais detalhada dos dados constantes do processo.

Com efeito, pretende o embargante, na verdade, o reexame de seu pedido liminar, já devidamente apreciado. Desse modo, inexistindo vícios na decisão, **rejeito os embargos de declaração.**

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator

